

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.819 - SP (2018/0251701-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : JAIME GERMAN GARCIA VARGAS - ESPÓLIO
REPR. POR : WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : ROSANA MALATESTA PEREIRA - SP096368
RECORRIDO : HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A
AGRAVANTE : HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A
ADVOGADOS : CID FLAQUER SCARTEZZINI FILHO E OUTRO(S) - SP101970
MARIANA GUILARDI GRANDESSO DOS SANTOS - SP185038
AGRAVADO : JAIME GERMAN GARCIA VARGAS - ESPÓLIO
REPR. POR : WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : ROSANA MALATESTA PEREIRA E OUTRO(S) - SP096368

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **JAIME GERMAN GARCIA VARGAS - ESPÓLIO**, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 571, e-STJ):

APELAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COBRANÇA DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES Nosocômio autor que não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito, na forma do disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015 Hipótese em que o paciente era empregado do hospital e o atendimento ocorreu em retribuição aos anos de serviço prestados pelo médico - Improcedência em primeiro grau - Recurso da autora desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 585-589, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 653-662, e-STJ), o recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 85, § 11º, do CPC/15. Sustenta, em síntese, que é impositiva a majoração dos honorários advocatícios recursais, porquanto preenchidos os requisitos necessários.

Contrarrazões às fls. 672-680, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 696-697, e-STJ), os autos ascenderam a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da necessidade de majoração dos honorários recursais.

Quanto ao ponto, o Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

No que diz respeito à verba honorária, fixada em primeiro grau em 10% sobre o valor atribuído à causa (R\$ 317.971,58), é razoável e bem atende à remuneração condigna do causídico, não sendo hipótese de majoração, na forma do disposto no art. 85, § 11 do Código de Processo Civil. (fls. 588, e-STJ)

O aludido julgado destoa da jurisprudência deste Tribunal Superior.

Conforme consignado por esta Corte, é devida a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, nas seguintes hipóteses: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

(...)

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).

Desta forma, o aresto impugnado decidiu em desconformidade com a orientação desta Corte, quanto à necessidade de majoração da verba honorária sucumbencial.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para majorar **em 10% (dez por cento)** sobre o valor já fixado à fl. 498, e-STJ a título de honorários, levando-se em conta o disposto no art. 85, § 11, CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator